



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

HÉLDER SOUSA NÓBREGA

**ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE): Instrumento de Promoção
do Desenvolvimento Sustentável e Geração de Valor**

**CAMPINA GRANDE – PB
2018**

HÉLDER SOUSA NÓBREGA

**ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE): Instrumento de Promoção
do Desenvolvimento Sustentável e Geração de Valor**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao Departamento do Curso de
Ciências Contábeis, da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Msc. Anne Isabelly Pereira
das Neves

**CAMPINA GRANDE – PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N754i Nóbrega, Hélder Sousa.
Índice de sustentabilidade empresarial (ISE) [manuscrito] : instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e geração de valor / Helder Sousa Nobrega. - 2018.
31 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.
"Orientação : Profa. Ma. Anne Isabelly Pereira Das Neves, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."
1. Desenvolvimento sustentável. 2. Sustentabilidade empresarial. 3. Índice de sustentabilidade. I. Título
21. ed. CDD 658.408

HÉLDER SOUSA NÓBREGA

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE): Instrumento de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Geração de Valor

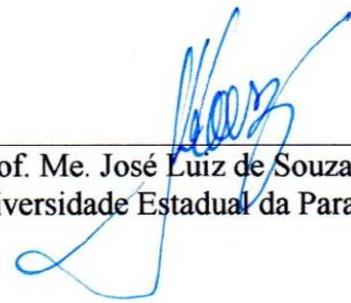
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em: 21/11/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Anne Isabelly Pereira das Neves (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Esp. Cláudio de Oliveira L. Pinheiro (Membro)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. José Luiz de Souza (Membro)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À Deus, fonte de vida e sabedoria, fortaleza em todos os meus momentos, que me restaura e me transborda com seu eterno amor. Aos meus pais Genival e Margarida, pela dedicação, amor, orações, ensinamentos, as minhas irmãs, anjos da guarda em minha vida, aos meus amigos irmãos que a vida me trouxe, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Isabel Joselita Barbosa da Rocha Alves, coordenadora do curso de Ciências Contábeis, por seu empenho.

À professora Anne Isabelly Pereira das Neves por sua dedicação e leituras sugeridas ao longo dessa orientação, ajudando-me a desbravar os territórios do conhecimento.

Aos meus pais, Genival e Margarida, pela sabedoria, amor, proteção a mim dedicada, o incentivo nos momentos que desanimei, e fé no meu melhor, vocês são o meio bem mais precioso e minha estrela guia. Às Minhas irmãs, Geovana, Vanise, Gizele, Cibele e Jéssica, por toda amizade, companheirismo e amor.

A meu avô Euclides (*in memoriam*), as minhas tias Lourdes Nóbrega, Linete de Assis e meu tio Guilherme de Assis, sei o quanto zelam e oram por mim, sei também da alegria em me ver conseguir essa vitória, meu amor por vocês é igual em tamanho e valor.

Aos professores do Curso de Ciências Contábeis da UEPB, em especial, Anne Isabelly, André Luiz, Cláudio Pinheiro, Elinilton Cruz, Francisco Guerra, Isabel Barbosa, Péricles Alves, Roseane Araújo por suas contribuições como verdadeiros mestres ao longo de minha caminhada acadêmica, a sabedoria e o profissionalismo com que atuam é inspirador.

Aos funcionários da UEPB, Sérgio Davi e Marileuda de Araújo, pela assistência dedicada sempre prestada com simpatia, educação e boa vontade.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

As minhas amigas Socorro Joana, Anielle Barreto, Carlianne Brito, por suas presenças constantes e encorajadoras em minha vida. A Diogo Trindade, por sua presença e apoio em todo o processo de elaboração desse artigo, incentivando, aconselhando, encorajando, sugerindo leituras, a você meu amigo e irmão minha eterna gratidão.

*“Todas as flores do futuro estão
contidas nas sementes de hoje”*
Provérbio Chinês.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 Sustentável, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável - Origem e evolução do Conceito	9
2.2 Sustentabilidade Empresarial	11
2.2.1 Instrumento de promoção do Desenvolvimento Sustentável	11
2.2.2 Aspectos de Indução à Sustentabilidade Empresarial	13
2.2.3 Diferencial Competitivo e Geração de Valor.....	16
2.3 O Papel da Contabilidade na Evidenciação da Sustentabilidade.....	18
2.3.1 Indicadores e Índices de Sustentabilidade	19
2.3.2 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	21
3. METODOLOGIA.....	23
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
4.1 Composição do ISE BM&FBOVESPA	24
4.2 Setores Participantes do ISE BM&FBOVESPA.....	25
4.3 Dimensões do ISE Frente a Sustentabilidade.....	26
4.4 Desempenho Financeiro do ISE.....	27
5. CONCLUSÃO.....	28
6. ABSTRACT	29
7. REFERÊNCIAS	29

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: Instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e geração de valor

Hélder Sousa Nóbrega*

RESUMO

Há uma preocupação global cada vez maior quanto as questões sociais e ambientais, e nesse contexto a adoção de práticas sustentáveis através da Sustentabilidade Empresarial, tem se tornado cada vez mais importante. Este artigo busca verificar de que forma o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), auxilia as empresas que compõem a sua carteira, quanto a Sustentabilidade Empresarial e a promoção do Desenvolvimento Sustentável, e quais os valores gerados para as empresas participantes. Para tanto, a abordagem do problema se caracteriza como qualitativa e quantitativa, a metodologia utilizada com relação aos objetivos é descritiva e exploratória, e na coleta de dados foi feito um levantamento de artigos e capítulos de livros dispersos em inúmeros periódicos, além da pesquisa documental, tendo como fonte o site da bolsa de valores de São Paulo BM&FBOVESPA. A pesquisa analisa o perfil das empresas e compara as carteiras do ISE de 2005 e 2018, buscando identificar seus reflexos sobre estas entidades quanto as práticas de sustentabilidade e quais valores gerados. Os resultados encontrados na pesquisa mostram que a partir da Sustentabilidade Empresarial, e a evidenciação de suas ações através da adesão ao ISE, as empresas se mantêm alinhadas e promovem o Desenvolvimento Sustentável atuando nas dimensões econômicas, sociais e ambientais. No que tange a geração de valor, gera ganhos tangíveis e intangíveis através da inovação e da melhoria de sua reputação.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade Empresarial. Índice de Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

Aspectos socioambientais como a escassez de recursos, capacidade de suporte, resiliência, e os impactos causados ao meio ambiente no processo de crescimento econômico, tem sido uma preocupação crescente no atual cenário mundial, onde o desenvolvimento acelerado do capitalismo e a exploração dos recursos naturais do planeta pela atual sociedade globalizada, interconectada e desigual, se apresenta de forma insustentável.

Inseridas nesse cenário, as boas práticas para o desenvolvimento sustentável têm sido adotadas por empresas e exigidas por seus *stakeholders*. De acordo com Tachizawa (2011) empresários e executivos são induzidos ao novo posicionamento diante da complexidade das demandas socioambientais atuais repassadas às organizações. Garcia *et. al* (2011)

* Aluno de Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: helder.nobreg@email.com

complementa que o posicionamento estratégico das empresas na exploração dos recursos naturais de forma racional para garantir o bem-estar das gerações futuras se insere no contexto de Sustentabilidade Empresarial.

Analisar, Avaliar e gerenciar as diferentes interações entre as empresas e o meio ambiente, o controle de investimentos e sua evidenciação, bem como seus resultados, cujo valores nem sempre é tratado de forma monetária, e muitas vezes ultrapassam aqueles estimáveis financeiramente, tem sido um grande desafio para as empresas e um novo paradigma para as diversas áreas do conhecimento humano. Como forma de contribuição, a contabilidade passou incluir nas discussões e reafirmar a importância a ser dada ao desenvolvimento sustentável sugerindo a criação de ferramentas como indicadores, índices, que permitam a avaliação e evidenciação de impactos ambientais causados pelas organizações e de seus investimentos em programas socioambientais.

Nesse cenário a BM&FBOVESPA, uma das maiores bolsas de valores do mundo e a líder em transações na América Latina, veio somar com a criação, em 2005, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), com intuito de ser um indutor de boas práticas no meio empresarial e uma referência para o investimento socialmente responsável. O ISE é um instrumento facilitador e influenciador na tomada de decisão de investidores, por evidenciar e selecionar empresas com melhor desempenho para enfrentar riscos, bem como melhores níveis de práticas sustentáveis. (BM&FBOVESPA, 2018)

Diante da importância cada vez maior do ISE apresentada no mercado de ações BM&FBOVESPA e, considerando ainda, que a inclusão de uma empresa na sua carteira induz a Sustentabilidade Empresarial, o aumento de demanda por suas ações bem como o aumento do seu valor, aponta-se o seguinte questionamento: **de que forma o ISE colabora para a promoção do desenvolvimento sustentável e quais são os valores gerados com a sua adesão?**

O objetivo geral deste artigo é verificar de que forma o ISE auxilia as empresas que compõem a sua carteira, quanto a Sustentabilidade Empresarial e a promoção o Desenvolvimento Sustentável, e quais os valores gerados para as empresas participantes. Os objetivos específicos propõem discorrer sobre os conceitos de Sustentabilidade, Desenvolvimento sustentável e Sustentabilidade Empresarial refletindo sobre qual é o papel da contabilidade; identificar os motivos que induzem as empresas na adoção das práticas sustentáveis; apresentar os indicadores de sustentabilidade com foco no ISE e analisar os valores gerados com base nas carteira 2005, ano de lançamento, e a carteira 2018.

A relevância desse artigo se justifica pela discussão sobre o tema Sustentabilidade Empresarial, a contribuição dos índices de sustentabilidade, a importância que o ISE vem ganhando no mercado de ações da BM&FBOVESPA, e como a conjunção de ambos os temas se torna um indutor de investimentos na responsabilidade socioambiental, além de evidenciar através dos critérios e indicadores que compõe os índices, quais as dimensões da sustentabilidade são abrangidas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sustentável, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável - Origem e Evolução do Conceito

As questões ambientais como a utilização dos recursos naturais e a sua finitude, bem como, o impacto no meio ambiente, embora tenha tomado suficiente consciência pela análise econômica apenas nas últimas décadas, tem sido uma questão presente nas discussões e reflexões ao longo de toda a história da humanidade desde as civilizações antigas e não foram ignorados pelas diversas escolas de pensamento humano. Irina Mikhailova (2004, p. 23) corrobora ao afirmar que “a fisiocracia colocava os recursos naturais (a terra) em primeiro lugar dentre os fatores de crescimento econômico e a escola clássica considerava os três fatores em conjunto – a terra, o capital e o trabalho.”

Problemas ambientais como o desmatamento, salinização e a perda de fertilidade do solo, tem seus primeiros registros já em antigas civilizações como a egípcia, mesopotâmica, grega e romana. Autores dessa época não estavam apenas conscientes da degradação ambiental, eles recomendavam, também, o que chamaríamos de práticas sustentáveis. No início do século XVIII, por ocasião da rápida devastação da madeira, matéria-prima indispensável e utilizada em quase todos os processos de produção, Hans Carl Von Carlowitz lançou em 1713 na Alemanha o livro *Sylvicultura Oeconomica oder Anweisung zur wilden Baumzucht*, no qual a ideia de *nachhaltend* ou *nachhaltig* (sustentável) foi apresentada de forma inédita, estruturada sobre 3 pilares - ecologia-natureza, econômico, e ética social, apresentando alternativas de consumo eficiente. (PIZANI, 2006).

Foi entre os séculos XVIII e o século XX que a humanidade alcançou o auge do seu progresso, a consolidação com a ciência e domínio sobre a natureza e seus recursos, intensificando, os problemas sociais e ambientais. Para Hawken et al. (1999) apud Bezerra et. al (2009, p. 3) “a Revolução Industrial deu origem ao capitalismo moderno, expandindo

extraordinariamente as possibilidades de desenvolvimento material da humanidade. A partir de meados do século XVIII destruiu-se mais a natureza que em toda a história anterior.”

Com a Revolução Industrial, o crescimento populacional e suas consequências tais como: desemprego, pobreza, doenças, consumo de recursos e sua finitude, passaram a ser tema de estudo, Sendo a obra de Thomas Robert Malthus, *Essay on the principle of population as it affects the future improvement of society*, publicada em 1798 a mais conhecida. Durante o século XIX as discussões se voltaram para o carvão, produto da Revolução Industrial e principal fonte de energia do período. Por sua larga escala de consumo e por ser uma fonte de energia não-renovável, gerou-se em torno de sua utilização desenfreada a preocupação com seu esgotamento. Autores da época denunciaram a situação em suas obras, a exemplo de William Stanley Jevons e Rudolf Clausius. (TEJEDA, 2016). Obras como *Principles of political Economy*, de 1848, escrita por John Stuart Mill, *Man and Nature*, em 1864, de George Perkins Marsh e a obra *Our wonderful century*, em 1898, publicada Alfred Russell Wallace já tratavam com o que hoje chamaríamos de desenvolvimento sustentável. (PISANI, 2006)

Quando o petróleo se tornou a principal fonte de energia houve um aumento drástico em seu consumo gerando uma preocupação quanto ao seu esgotamento. Na primeira metade do século XX estudiosos discutiram as limitações ao fornecimento de matérias-primas e fontes de energia alertando contra o desperdício no seu consumo. Thorstein Veblen (1917) e AC Pigou (1929) apontavam para o que hoje chamamos Desenvolvimento Sustentável. Ainda no decorrer do século XX, os estudiosos trataram das consequências da superexploração de recursos naturais e convocara as pessoas a usarem esses recursos de forma responsável a fim de assegurar a existência continuada da sociedade civilizada. (PISANI, 2006)

Mas foi em 1960 com o livro *Silent Spring* por Rachel Carson, nindo as ideias de progresso, crescimento e desenvolvimento, que houve um novo direcionamento para um desenvolvimento de modo sustentável, consolidadas na premissa de ter abrangência social, ambiental e econômica, possuir estabilidade ecológica e econômica sustentável a longo prazo e de que a sociedade deveria ser: estável e sustentável para melhorar a condição humana. (FEIL; SCHREIBER, 2017)

Entre as décadas de 60 e 70, importantes debates ocorreram, sobre as questões que ameaçam o equilíbrio ecológico, e a busca por um equilíbrio entre crescimento e a necessidade de desenvolvimento, destacando a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMA) em Estocolmo no ano de 1972, orientando um diálogo entre as nações industriais voltado para fatores que contribuía para o desequilíbrio ecológico. A partir

desses debates surgiu a concepção de desenvolvimento sustentável como uma forma de otimizar o crescimento econômico sem desconsiderar a segurança do planeta. O termo Desenvolvimento Sustentável foi inaugurado em 1987 por meio do Relatório da Comissão de Brundtland e foi popularizado e amplamente utilizado nas décadas de 80 e 90. Promoveu a expansão de acordos internacionais, da qualidade e do volume de legislação ambiental, mapeamento das alterações ambientais, além de mudança da política global. (FEIL; SCHREIBER, 2017)

O termo sustentável apoia e compreende a ideia de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável refletindo quanto a solução para escassez de recursos e sua utilização com base na preocupação para satisfazer as necessidades da geração atual, preservando e garantindo a existência de recursos para as gerações futuras, viabilizando a continuação da vida humana e a preservação do meio ambiente. A sustentabilidade e suas dimensões nesse artigo são baseadas no *Triple Bottom Line*: ambiental, econômica e social. O TBL capta a essência da sustentabilidade, ao medir o impacto das atividades da organização no mundo. Quando positivo, reflete aumento no valor da empresa, em termos tanto de lucratividade e de contribuição para a riqueza dos acionistas, quanto sob o aspecto de seu capital social, humano e ambiental (SAVITZ; WEBER, 2007, p. 5).

A partir desta visão geral, é claro que as raízes do conceito de sustentabilidade remontam a tempos antigos, mas que o crescimento populacional, o aumento do consumo após a Revolução Industrial, e o perigo que recursos cruciais poderiam ser empobrecidos, aumentou a consciência da necessidade de usar os recursos de forma sustentável. O receio de que as gerações atuais e futuras possam não ser capazes de manter seus padrões de vida estimulou um modo de pensar que informaria os discursos que prepararam o caminho para o surgimento e a adoção global do desenvolvimento sustentável.

2.2 Sustentabilidade Empresarial

2.2.1 Instrumento de promoção do Desenvolvimento Sustentável

É crescente a consciência nas empresas de que para manter o desenvolvimento próprio e da sociedade de forma contínua e perpétua, devem operar nas regiões em que estão inseridas de forma sustentável, buscando a satisfação das necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras suprirem suas próprias necessidades. Tal consciência não decorre de uma postura paternalista, mas de um reconhecimento de nossa

dependência em relação ao meio ambiente, e, portanto, necessária para a manutenção da continuidade dos seus negócios (parte) e da sociedade em geral (todo).

Esse posicionamento estratégico das empresas deu origem a Sustentabilidade Empresarial. Trata-se de um conceito novo, com um olhar produtivo voltado para o desenvolvimento sustentável.

A Sustentabilidade Empresarial é inerente às discussões a respeito da exploração econômica dos recursos naturais de forma racional e com preocupação com a sobrevivência da humanidade. Todos devem preocupar-se com os recursos naturais, principalmente os escassos, de tal forma que seja garantida a sobrevivência e bem-estar social (...) pressupõe, portanto, o alinhamento da empresa com o processo de desenvolvimento sustentável que visa principalmente evitar que atividades presentes causem impactos negativos futuramente. (GARCIA et. al. 2011, p. 4)

Diante dessa consciência, a empresas ao aderir a Sustentabilidade Empresarial e adotar boas práticas na sua visão, missão e valores, torna-se verdadeiro instrumento de Desenvolvimento Sustentável, principalmente diante do impacto que sua operacionalização causa ao ambiente natural e social. Para Zacharias (2010, p. 44) “uma empresa sustentável é aquela que tem conquistado patamares saudáveis de lucratividade em longo prazo sem comprometer o ecossistema”.

Por estar alinhada com o desenvolvimento sustentável a Sustentabilidade Empresarial requer a integração das três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e a ecológica. Essas dimensões são conhecidas internacionalmente como *Triple Bottom Line* (TBL).

O conceito de TBL reflete sobre a necessidade de as empresas ponderarem em suas decisões estratégicas o *bottom line* econômico, o *bottom line* social e o *bottom line* ambiental, mantendo: a sustentabilidade econômica ao gerenciar empresas lucrativas e geradoras de valor; a sustentabilidade social ao estimular a educação, cultura, lazer e justiça social à comunidade; e a sustentabilidade ecológica ao manter ecossistemas vivos, com diversidade. (RIBEIRO; VELLANI, 2009, p. 189)

No *bottom line* econômico busca-se se desconstruir a associação de medidas socioambientais como um custo adicional e um entrave para competitividade, busca-se reconhecer a aplicação de recursos nessas áreas como uma oportunidade econômica e diferencial competitivo. O *bottom line* social, tem como propósito melhorar a qualidade de vida da sociedade como um todo, colaboradores e a comunidade que as cercam, devem gozar de uma vida. Todos os seus próprios processos e os das empresas com quem negocia devem estar de acordo com essas boas práticas. visando reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos e serviços básicos, como educação e saúde. Já o *bottom line* ambiental, procura gerir os recursos naturais a longo prazo, mediante a sua escassez e mudanças

climáticas, em grande parte associada pela ação humana e catástrofes ambientais. Essas três dimensões exigem atenção pela atividade empresarial, onde cada uma que se sobreponha às demais estará representando desequilíbrio e conseqüentemente problemas para a gestão da empresa. (GOMES, 2007)

2.2.2 Aspectos de Indução à Sustentabilidade Empresarial

Cada vez mais o mercado exige das empresas e em menos tempo, respostas as suas necessidades. Para manter a competitividade e como líderes de mercado, além de correr contra o tempo para apresentar inovações, a preocupação com fatores socioambientais passou a integrar as questões do mundo empresarial, em resposta ao discurso da sustentabilidade manifestado tanto na dimensão institucional, como midiática.

A expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e a complexidade das demandas sociais e ambientais que a comunidade repassa as organizações induzem a um novo posicionamento por parte dos empresários e executivos em face de tais questões. (TACHIZAWA, 2011, p. 3)

Aos poucos houve uma evolução de paradigmas, onde antes o interesse do homem e suas necessidades estavam em primeiro lugar, tendo os recursos naturais à sua disposição, surge uma nova abordagem com enfoque na natureza, o homem como parte dela, e suas necessidades devendo ser supridas de modo sustentável. A preocupação com o meio social e ambiental tornou-se um fator de sobrevivência, vantagem competitiva e geração de valor.

Elkington (1999) através do modelo denominado “7D World Model” apresenta uma visão dessa evolução de paradigmas em 7 dimensões: mercado, valores, transparência, tecnologia de ciclo de vida, parcerias, tempo, gestão corporativa. Segundo o mesmo autor, essas evoluções tidas como revoluções, culminaram no modelo atual de gestão empresarial, cuja estratégia está vinculada ao TBL. (COELHO; COELHO; GODOI, 2013)

Quadro 1 – 7D World Model

Revolução	Enfoque	Velho Paradigma	Novo Paradigma
1	Mercados	Cumprimento	Competitividade
2	Valores	Severos	Leves
3	Transparência	Fechado	Aberto
4	Tecnologia de ciclo de vida	Produto	Função
5	Parcerias	Subversão	Simbiose
6	Tempo	Mais alargado	Mais longo
7	Gestão Corporativa	Exclusiva	Inclusiva

Fonte: Elkington, 1999 (Adaptado)

Ainda sobre o modelo *7D World Model*, autor procura apresenta uma visão da evolução do velho para o novo paradigma, que envolve sete enfoques já citados, considerados como processos de mudança ou transformação. Segundo o autor, à medida que se caminha para o terceiro milênio, embarcamos numa revolução cultural global, onde os processos conduzem a gestão empresarial para uma estratégia vinculada aos três pilares da sustentabilidade ao TBL: o econômico, o ambiental e o social. (COELHO; COELHO; GODOI, 2013)

Tal posicionamento estratégico parte da consciência de que as empresas são sistemas conectados com a sociedade, que por sua vez, são constituídas também sistemas atuando em sinergia formando um todo. Para Chiavenato (2000, p. 545) sistema “é um conjunto de elementos interdependentes e interagentes ou um grupo de unidades combinadas que formam um todo organizado. Sistema é um conjunto ou combinações de coisas ou partes, formando um todo complexo ou unitário.” Desse modo, quando um sistema se torna limitado ou não se desenvolve, o todo não se mantém e se torna insustentável. As empresas também por serem sistemas, devem incluir nos seus processos decisórios estratégias de sustentabilidade.

As empresas são criadas no intuito de propiciar ganhos econômicos para seus fundadores que assumiram o risco inerente ao negócio. Contudo, é importante observar que toda empresa funciona como um sistema aberto promovendo relações com diversos atores em seu ambiente interno e externo. (FRIEDMAN, 1970 apud OLIVEIRA; CARDOSO, 2005, p. 355)

Nesse sentido, é essencial que empresas atendam as expectativas de clientes, fornecedores, empregados, governo, comunidade e demais *stakeholders*, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, devendo atender suas necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Para tanto, elas devem estar comprometidas com o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma integrada, e incluir em sua visão, missão e valores esse comprometimento.

Bansal e Roth (2000) apud Gomes (2009) desenvolveram um estudo no qual apontam a competitividade, a legitimação e a responsabilidade ecológica como as motivações que induzem as empresas à adotarem práticas sustentáveis, e que estas apesar de distintas, tem seu impacto na resposta ecológica fortalecido através de suas interações. Para os autores, diferentes contextos implicam em diferentes motivações, que por sua vez, não são de natureza única, e sim, a combinação de motivações levam as empresas a tomar decisões a favor das questões socioambientais. Os autores apresentam os contextos: ecológico, que compreende a dimensão da importância que a questão ecológica tem para as empresas e para as pessoas que

estão ligadas a elas; organizacional, esse contexto traduz a importância da intensidade e densidade dos laços formais e informais entre todos que compõem a empresa e seu *networking*; e o individual, que aborda o grau de valorização dado ao ambiente por parte dos gestores e administradores, e essa relação do grau de suas ações na hora de agir com seus próprios valores.

Segundo Paulraj (2008) apud Gomes (2009) a legislação, competitividade e razões éticas, são as principais motivações para a tomada de decisões responsáveis voltadas para o meio ambiente. Enquanto as entidades reguladoras emitem leis, monitoram e criam condições onde empresas ambientalmente responsáveis sejam recompensadas, a necessidade de se manterem competitivas motivam e por vezes até obrigam as empresas na implementação de práticas “verdes”. E por fim, as razões éticas também levam as empresas a implementarem medidas ambientais. Empresas motivadas por valores éticos, tem mais desejo por se encaminharem na direção da sustentabilidade, e não apenas por competitividade, mas por uma questão de consciência, porque acham que deve ser feito. Segundo o mesmo autor as empresas que adotam como estratégia corporativa a Sustentabilidade Empresarial, mantém em consonância as suas preocupações éticas e de competitividade com a capacidade de estruturar e gerenciar boas práticas sustentáveis.

Para Alves, Jappe e Volkmer (2015) é possível elencar dois pontos de vista em relação à sustentabilidade por parte das empresas: o primeiro envolver as empresas focadas na minimização dos seus impactos sociais e ambientais, através de ações para reduzir as consequências das operações de seus negócios; o segundo diz respeito as empresas que buscam o uso de forma sustentável dos seus recursos, e através de inovações em seus negócios, evitando a geração de impactos desnecessários. Percebe-se duas abordagens, uma focada na resolução de problemas, já outra foca em ações que evitem ou minimizem problemas.

Contudo, Gomes (2009) nos seus estudos conclui que apesar de um movimento em direção a consciência com as questões socioambientais, grande parte das empresas enxergam a implementação dessas práticas como gastos desnecessários, e ações sustentáveis ainda são motivadas pela necessidade de cumprir apenas os requisitos da regulamentação ambiental, focam apenas no que é exigido, e esquecem de aspectos fundamentais, como cadeia de fornecimento, inovação de produtos, processos, gerenciamento de riscos. Ultrapassar os limites da legislação imposta e adotar uma estratégia corporativa alicerçada na Sustentabilidade Empresarial com enfoque em ações empreendedoras, socialmente

responsáveis e comprometidas com meio ambiente, devem ser vistas como uma gestão inteligente, não como custos desnecessários, mas como oportunidades e geração de valor.

2.2.3 Diferencial Competitivo e Geração de Valor

Apesar das empresas demonstrarem uma preocupação com as questões ambientais, estas esbarram na preocupação com a maximização dos lucros e a ideia de gastos com questões sociais e ambientais como um entrave a competitividade. Kavinski (2009, p. 105), em seus estudos afirma que “a preocupação primeira com os lucros e o gerar valor aos acionistas são uma constante no mundo dos negócios”. Porém diante da mudança de comportamento dos *stakeholders* em direção a adoção de práticas sustentáveis e escolha por produtos e empresas sustentáveis, investimentos nessa área devem ser entendidos não como custos desnecessários, mas parte de uma estratégia competitiva para geração de competitividade e valor. Rainey (2006, p. 97) afirma que “os propósitos de uma empresa são o aumento da riqueza dos acionistas, satisfazer as necessidades dos clientes e stakeholders, criar um valor extraordinário para a sociedade civil e proteger a saúde e segurança humana e o ambiente”.

Ações de responsabilidade social e ambiental representariam custos adicionais e tenderiam a reduzir a remuneração que poderia ser auferida pelos acionistas. Trata-se, em essência, da chamada “teoria dos *shareholders*”, que remonta aos argumentos apresentados por Friedman (1970) há quase quarenta anos. Em oposição, de acordo com a “teoria dos *stakeholders*”, a adoção de práticas dessa natureza contribuiria para a obtenção de melhores desempenhos financeiros. (BRUNI; CAVALCANTE; COSTA, 2008 p. 1)

Diferente do que se pensava até pouco tempo atrás, a adoção de práticas sustentáveis por parte das empresas não significa aumento de custos, e sim, as tornam mais competitivas e proporcionam ganhos financeiros, um “lucro verde”. Ainda segundo Bruni, Cavalcante e Costa (2008) há autores que, ao considerando menos dados de desempenho e mais expectativa com base nas preferências declaradas dos stakeholders, defendem o ponto de vista de que a sustentabilidade empresarial, ao incluir a perspectiva social e ambiental conferem maiores níveis de competitividade e rentabilidade. Esse é o caso, no Brasil, de Oliveira (2002) ao argumentar que já existem diversos fundos de investimento que priorizam investimentos em empresas ambientalmente ou socialmente responsáveis, e que empresas mais responsáveis do ponto de vista ambiental valorizam substancialmente mais que a média.

Reforçar a visão positiva para a integração da sustentabilidade nas operações das empresas, com foco no aumento da competitividade e na geração de valor, parece ser uma abordagem mais razoável em comparação com o aumento dos custos para salvar a natureza.

Para evitar cometer os mesmos erros, os gerentes devem começar a reconhecer a melhoria ambiental como uma oportunidade econômica e competitiva, não como um custo irritante ou como uma ameaça inevitável. Em vez de se agarrar a uma perspectiva focada na conformidade regulatória, as empresas precisam fazer perguntas como O que estamos a desperdiçar? E como engrandecer o valor do cliente? Os primeiros – as empresas que podem ver primeiro esta oportunidade e que adotem soluções baseadas na inovação – colherão benefícios competitivos. (PORTER; VAN DER LINDE, 1995 apud GOMES, 2009, p. 16)

Para Zattoni (2011) a inclusão da sustentabilidade na visão, missão e valores das empresas, e sua relação com seus diversos stakeholders, aumenta sua competitividade e possibilita a geração de valor. Isso porque, as empresas ao mesmo tempo, produzem valor e distribuem o valor criado entre os stakeholders. Enquanto, os stakeholders fornecem os recursos necessários para a sobrevivência e prosperidade da empresa, como capital, trabalho, matéria-prima e serviços, as empresas distribuem recompensas intrínsecas e extrínsecas como dinheiro e poder. A empresa ter capacidade de produzir e distribuir valor suficiente para satisfazer os interesses de cada grupo de stakeholders se torna fundamental para seu desenvolvimento e sobrevivência.

Porter e Van der Linde (1995) apud (Gomes) 2009 em seu artigo “*Green and Competitive, Ending the Stalemate*”, apontam que a inclusão e elaboração de programas ambientais bem desenhados melhora a competitividade ao atingir diretamente o custo total dos produtos baixando valor e melhorando o seu valor de mercado. Ao implantar ações sustentáveis as empresas inovam no seu processo produtivo e otimizam o consumo de recursos. Elaborar produtos que utilizem materiais menos dispendiosos, melhor utilização dos materiais existentes evitando o desperdício, substituição por insumos não prejudiciais ao meio ambiente com redução no tempo de aprovação por parte dos órgão reguladores, redução de eliminação ou reaproveitamento de resíduos transformando o que antes era desperdícios em novos insumos ou produtos, são ações que reduzem o custo, o tempo de inclusão no mercado, melhora o valor dos produtos, a sua competitividade, e aumenta os lucros.

Na adoção de práticas sustentáveis, outro valor gerado diz respeito a Reputação, tida como um dos principais fatores para medir o sucesso das empresas. Weigelt e Camerer (1988) apud Brito (2005) indicam que reputação corporativa compreende um grupo de atributos conferidos a uma organização devido a suas ações passadas, esses atributos se tornam ativos

para a organização podendo gerar rendas futuras, e, que são importantes em cenários aonde as informações são incompletas. Segundo Brito (2005.p. 121) “A reputação é vista como um recurso fonte potencial de vantagem competitiva, já que ela cria heterogeneidade entre as empresas, gera valor aos stakeholders, é difícil de ser duplicada, comprada ou transferida e pode criar uma reserva de mercado para a empresa.”

São vários os estudos que relacionam a reputação com o aumento do desempenho das empresas. Brown e Perry (1994) constataram uma alta correlação entre o desempenho financeiro e a reputação. Fombrun e Shanley (1990) indicam uma alta correlação entre a performance financeira e a reputação, identificado através de um levantamento medindo os ganhos corporativos, os retornos, o crescimento, o tamanho e o risco. Landon e Smith (1998) ao mensurar o impacto da reputação e da qualidade atual dos produtos sobre o preço, verificaram que a reputação tinha impacto vinte vezes superior. Os mesmos autores anteriormente já haviam constatado que consumidores estão dispostos a pagar mais por produtos que apresentem uma reputação superior. Taragen (2003) em seus estudos sobre reputação, complementa que ela pode interferir na cotação na bolsa de valores de uma empresa, reduzir ou alavancar negócios. Esse ativo é intangível, de alcance imensurável e seu impacto é irrefutável. (BROWN; PERRY, 1994. FOMBRUM; SHANLEY, 1990; LANDON; SMITH, 1998 apud BRITO, 2005)

Percebe-se que nessa relação de empresas com seus stakeholders e a busca da total satisfação, dentro de um cenário social e ambiental responsável, acaba por gerar valor as através da: (1) inovação, com contínua melhoria do seu desempenho aperfeiçoando o gerenciamento de recursos e criando novas ideias, novos produtos, novos processos, novos mercados, novos modelos de negócios, novos métodos de gestão e *reporting*; (2) de sua reputação, construindo uma imagem confiável, transparente, socialmente e ambientalmente engajada e rentável, aumentando a preferência por parte dos stakeholders tanto dos seus produtos e serviços, quanto por suas ações, aumentando assim a demanda e valor de mercado.

2.3 O Papel da Contabilidade na Evidenciação da Sustentabilidade

O planejamento e controle dos custos ambientais se tornaram fundamentais na gestão do processo produtivo das empresas, e sua evidenciação um meio de conhecer as causas e feitos dos seus impactos, bem como os resultados obtidos com investimentos na área, além de permitir aos gestores a melhoria das práticas empresárias e inovação, gerando valor para seus *stakeholders*. Nesse contexto, a contabilidade se apresenta como uma fonte de informações

úteis na tomada de decisões em relação aos eventos relacionada a sustentabilidade empresarial. Contabilidade é, segundo, Paiva (2006) apud Jacques, Rásia e Souza (2010) “uma fonte de geração de relatórios, com a finalidade de auxiliar na elaboração do planejamento estratégico, servir de parâmetro para gerenciamento de atividades ambientais e fornecer informações externas destas atividades.”

Isso porque é possível através da contabilidade, coletar, analisar, mensurar e divulgar informações das empresas com relação as dimensões sociais, ambientais e econômicas através de índices e relatórios de sustentabilidade. Ribeiro e Carvalho (2000) defendem que a contribuição das empresas quanto ao desenvolvimento sustentável deve ser informada de modo eficaz pela contabilidade. Ribeiro e Vallani (2009) complementa que os sistemas de informações podem ser organizados de modo a possibilitar que todos os gastos e resultados relacionados ao TBL possam ser melhor gerenciados.

2.3.1 Indicadores e Índices de Sustentabilidade

Nas últimas décadas, paralelo a preocupação com as questões socioambientais e a sustentabilidade, tem-se procurado metodologias capazes de mensurar e evidenciar os níveis de desenvolvimento sustentável, dando origem aos indicadores e índices de sustentabilidade, além dos relatórios de sustentabilidade.

Para Borba, Kemerih e Ritter (2014) já durante a década de 70 e 80, indicadores começaram a ser utilizados, como resultado de esforços de governos e organizações internacionais na elaboração e divulgação dos primeiros relatórios voltados para o meio ambiente. A partir da década de 90 a busca por indicadores para mensurar o desenvolvimento sustentável cresceu bastante, diante de esforços mais significativos principalmente por parte de organismos governamentais, não-governamentais, institutos de pesquisa e universidades em todo o mundo. Mikhailova (2004) complementa afirmando que esses esforços intensificaram após 1992 com a Rio-92, quando a Comunidade Internacional expressiu a necessidade de mensuração do nível de desenvolvimento sustentável.

É através das informações obtidas mediante a utilização dos indicadores que poderão ser subsidiadas as etapas de planejamento, implantação e acompanhamento das políticas de gestão ambiental voltadas ao uso racional dos recursos naturais e ao ordenamento das intervenções no meio ambiente. (BORBA; KEMERIH; RITTER, 2014, p. 2)

Segundo os mesmos autores os indicadores são ferramentas utilizadas para auxiliar a monitorar e operacionalizar o desenvolvimento sustentável, parte de um processo de avaliação

de resultados em relação às metas de sustentabilidade estabelecidas, sendo a sua principal função trazer uma visão de conjunto, ao fornecer informações sobre o estado das diversas dimensões que compõem o desenvolvimento sustentável.

Promovem assim às partes interessadas condições adequadas de acompanhamento e dando suporte ao processo decisório, além de incentivar a melhoria contínua dos sistemas de proteção ambiental e social. Tem por objetivo reunir e quantificar informações simplificando informações sobre fenômenos complexos tentando melhorar com isso o processo de comunicação (VAN BELLEN, 2006). Os indicadores também têm sido utilizados na compreensão das informações sobre fenômenos complexos, em diversos estudos nacionais e internacionais, pois permite verificar os impactos das ações humanas no ecossistema (SILVA, CORREIA E CÂNDIDO, 2010). Como uma ferramenta de suporte no processo de tomada de decisão e formulação de políticas e práticas sustentáveis, deve ser possível através dos indicadores a análise de tendências das condições, mudanças da qualidade ambiental, além de favorecer o entendimento das interfaces da sustentabilidade (GOMES; MALHEIROS, 2012).

A partir da utilização dos indicadores de sustentabilidade, gera-se o Índice de Sustentabilidade. Segundo Siche et. al. (2007) superficialmente, índice e indicador possuem o mesmo significado. Contudo, indicadores são normalmente utilizados como pré-tratamento aos dados originais e índices correspondem a um nível superior de agregação. Um índice é o valor agregado final de todo um procedimento de cálculo onde se utilizam, inclusive, indicadores como variáveis que o compõem.

Entende-se o termo índice como um valor numérico que representa a correta interpretação da realidade de um sistema simples ou complexo (natural, econômico ou social) utilizando, em seu cálculo, bases científicas e métodos adequados. O índice pode servir como um instrumento de tomada de decisão e previsão, e é considerado um nível superior da junção de um jogo de indicadores ou variáveis (SICHE et. al. 2007, p.139-140)

Um índice pode ser construído para analisar dados através da junção dados, indicadores e outros índices com relacionamentos estabelecidos. Os índices de sustentabilidade são uma forma de sintetizar, e evidenciar uma série de informações quantitativas e semi-quantitativas, associadas ao desenvolvimento sustentável. Cada índice, ao final, gerará um valor numérico, que será o resultado de operações matemáticas com as informações que utiliza, e, que quando comparado a uma escala padrão, avaliará a sustentabilidade (KRONEMBERGER, 2008 apud BORBA; KEMERIH; RITTER, 2014).

Um índice de sustentabilidade deve apresentar elementos e indicadores relativos a sustentabilidade de um sistema, bem como, explicitar seus objetivos, sua base conceitual e seu

público usuário. A metodologia adotada deve ser clara e transparente quanto aos princípios que estão na base do processo, tanto para sua determinação, quanto para sua leitura e interpretação. No cálculo do índice de sustentabilidade deve contemplar o conjunto dos fatores que determinam a sustentabilidade (econômicos, sociais e ambientais) por meio dos seus correspondentes indicadores. Deve considerar o sistema como um todo, não apenas um indicador ou indicadores que se refiram a apenas um aspecto do sistema (SICHE et.al. 2007).

A maioria dos índices e indicadores de sustentabilidade são considerados como informações essenciais que nos auxiliam na avaliação do sistema em estudo no presente momento, e uma alternativa na construção de cenários no caminho da sustentabilidade. Hoje existem mais de 50 índices de sustentabilidade no mundo, através de suas 64 bolsas regulamentadas (Federação Mundial de Bolsas, 2018). Sendo os principais índices: Índice de Sustentabilidade Dow Jones (*Dow Jones Sustainability Index – DJSI*), Indicadores de Sustentabilidade GRI (*Global Reporting Initiative*), Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). (JACQUES; RÁSIA; SOUZA, 2010)

2.3.2 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi Criado em 2005 por iniciativa da Bolsa de Valores de São Paulo a BM&FBOVESPA em conjunto com a Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAAP), Associação Nacional de Banco de Investimentos (ANBID), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (AMBIMA), Associação de Analistas e Profissionais de Investimentos de Mercado (APIMEC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social, *International Finance Corporation* (IFC), a Secretária de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente(SSD/MMA) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), com financiamento do IFC, o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces), e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV). (BEATO; SOUZA; PARISOTTO, 2009).

O processo de avaliação e ingresso é feito por meio de um questionário. São convidadas anualmente para participar do processo de seleção gerido pela Bolsa as empresas com as 200 ações mais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, em termos de liquidez, e que tenham participado em pelo menos 50% dos pregões realizados nos 12 meses anteriores ao início da avaliação da carteira. Empresas que se encontram em processo de recuperação

judicial, falimentar, situação especial ou que passam por um período prolongado de suspensão de negociação de suas ações não podem ser integradas ao ISE (FAVARO; ROVER, 2014).

As empresas são avaliadas por meio de um questionário que abrange sete dimensões, sendo elas: Geral, Natureza do Produto, Governança Corporativa, Econômico-Financeira, Ambiental, Social e Mudanças Climáticas. As sete dimensões possuem a mesma importância e pesos idênticos, sendo que cada dimensão é subdividida em critérios de avaliação, com pesos diferenciados, em função da relevância da atividade do setor, no contexto da gestão da empresa, e das demandas da sociedade. Cada critério, por sua vez, possui indicadores que se desdobram em perguntas com respostas padronizadas, de múltipla escolha, para obtenção de informações de práticas da empresa (FAVARO; ROVER, 2014).

O índice foi estruturado com base no conceito internacional Triple Bottom Line (TBL) (ROCHA, 2007). Para o desenvolvimento das dimensões e dos critérios do ISE foi feita uma revisão da literatura sobre os critérios e indicadores de sustentabilidade, com destaque para as diretrizes do Balanço Social do IBASE, do Instituto Ethos e do Global Reporting Initiative (GRI), além dos questionários aplicados para os índices DSJI, FTSE4Good e da JSE. Especialistas de diversas áreas que compõem os índices participaram, por meio de audiências públicas (BEATO; SOUZA; PARISOTTO, 2009).

O ISE tem como missão possibilitar um índice de parâmetro para avaliação e comparação dos níveis de responsabilidade social e sustentabilidade das empresas que compõe a carteira e outras que não compõe e que não possuem essas características. Sua Missão tem como elementos principais: ser constituído por empresas que se destacam em responsabilidade social e sustentabilidade a longo prazo; poder ser replicado; e estimular boas práticas sustentáveis. (GARCIA, et. at. 2008).

Criado com o intuito de monitorar o desempenho de mercado de empresas que adotam os princípios da sustentabilidade se tornou por excelência um indicador de práticas sustentáveis acaba por estimular a renovação nas práticas de negócio e de investimentos visando a sustentabilidade, propicia credibilidade e ganhos para as empresas que o compõem. Os ganhos podem ser tangíveis, relacionado ao retorno sobre o patrimônio e sobre os ativos, o valor de mercado, o retorno sobre investimentos, aumentos do valor das suas ações no mercado. Já os ganhos intangíveis estão relacionados a vantagem competitiva, melhoria da sua reputação, possibilidade de exercer influência no ambiente regulatório e acesso ao conhecimento. (FAVARO; ROVER, 2014).

O ISE tem impacto considerável para o desenvolvimento sustentável, uma vez que impulsiona as empresas membros e aquelas que almejam ser, na direção das práticas de

sustentabilidade, servindo como um guia de referência para sua iniciação e melhoria contínua. Também ajuda as empresas compreenderem suas limitações em relação às práticas de sustentabilidade empresarial, reverem seus processos, melhora sua reputação, e impactam o preço das ações no mercado financeiro.

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada pode ser classificada quanto a três aspectos: quanto à abordagem do problema; quanto aos seus objetivos; e quanto aos procedimentos técnicos utilizados.

Com relação à abordagem do problema a pesquisa se caracteriza como qualitativa e quantitativa. De acordo com Beuren e Raupp (2003, p.92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. Já a pesquisa quantitativa, segundo os mesmos autores, é caracterizada pelo uso de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados.

Com relação aos objetivos, a metodologia utilizada no presente trabalho é descritiva e exploratória, uma vez que busca descrever a origem e evolução até chegar no conceito atual, bem como as dimensões de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, além da Sustentabilidade Empresarial e o Indicadores e Índices de Sustentabilidade, com enfoque no ISE, nos seus aspectos de indução a carteira, e de que forma se torna um instrumento de competitividade e geração de valor.

Segundo Gil (2008, p. 28) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”. Quanto as pesquisas exploratórias, o autor afirma que “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”

Na coleta de dados considerando o número de empresas que compõem a carteira, a tempo entre as duas carteiras, o acesso às informações, são utilizados os procedimentos de pesquisa bibliográfica, um levantamento de artigos e capítulos de livros dispersos em inúmeros periódicos. Além da pesquisa documental, tendo como fonte o site da bolsa de valores de São Paulo BM&FBOVESPA. Gil (2008, p. 51) aponta que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico”. Já para a pesquisa documental para o Gil (2008, p. 50) “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” A pesquisa se limita a analisar o perfil das empresas que compõem a primeira carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial e

suas dimensões, referente ao ano de 2005, e a vigente no ano de 2018, e seus reflexos sobre estas entidades quanto as práticas de sustentabilidade e aumento da rentabilidade.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste item, os resultados da pesquisa são apresentados e no final de cada tópico é realizada a análise e discussão, fundamentadas nos autores relacionados no referencial teórico. Assim, com uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando-se de dados descritivos, procurou-se analisar as empresas e os setores que participam de sua composição e o desempenho do ISE comparado ao IBOVESPA.

4.1 Composição da ISE BM&FBOVESPA

O número máximo de participantes do ISE/FBOVESPA é de 40 empresas. O primeiro passo para as empresas participarem da composição do índice é responder o questionário. As respostas são analisadas pela ferramenta estatística análise de clusters, que identifica grupos de empresas com desempenhos similares e aponta o grupo com melhor desempenho geral. As empresas desse grupo irão compor a carteira do ISE após aprovação do Conselho. O quadro 2 evidencia as empresas participantes das carteiras no início em 2005 e na carteira atual 2018.

Quadro 2 – Empresas participantes – Carteira ISE 2005 e 2018

Companhia	2005	2018	Companhia	2005	2018	Companhia	2005	2018
AES Tiete		x	DASA	x		Light		x
ALL	x		Duratex		x	Lojas Americanas		x
Aracruz	x		Ecorodovias		x	Lojas Renner		x
B2W		x	EDP		x	MRV		x
Banco do Brasil	x	x	Eletróbrás	x		Natura	x	x
Belgo Mineira	x		Eletropaulo	x	x	Perdigão	x	
Bradesco	x	x	Embraer	x		Santander		x
Braskem	x	x	Engie		x	Suzano Bahia Sul	x	
CCR	x	x	Fibria		x	Telefônica		x
Celesc	x	x	Fleury		x	Tim		x
Cemig	x	x	Gol	x		Tractebel Energia	x	
Cesp	x		Iochepe-Maxion	x		Unibanco	x	
Cielo		x	Itaú Unibanco		x	Votorantim	x	
Copel	x	x	Itaubanco	x		Weg	x	x
Copesul	x		Itausa	x	x			
CPFL	x	x	Klabin		x			

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Bolsa de Valores de São Paulo (2018)

No lançamento da primeira carteira, ocorrido em 1º de dezembro de 2005, verificou-se um total de 34 ações de 28 instituições que representam 12 setores de atividades. Já em 2018,

a carteira é composta de 33 ações de 30 instituições, e um total de 12 setores de atividades. O quadro 2 e 3 evidencia a composição das carteiras nos anos de 2005 e 2018.

4.2 Setores Participantes do ISE BM&FBOVESPA

O quadro 3 apresenta a participação das empresas por ramo de atividade no ISE nos anos de 2005 e 2018.

Quadro 3 – Setores de atividades Participantes – Carteira ISE 2005 e 2018

Setor	2005	2018
Análises e Diagnósticos	3,57%	3,33%
Carnes e Derivados	3,57%	0,00%
Construção	0,00%	3,33%
Energia Elétrica	28,57%	30,00%
Equipamentos Elétricos	3,57%	3,33%
Financeiro	17,86%	20,00%
Infraestrutura	3,57%	6,67%
Materiais de Construção	0,00%	3,33%
Material de transporte	7,14%	0,00%
Papel e Celulose	10,71%	6,67%
Petroquímica	7,14%	3,33%
Produtos de uso pessoal e limpeza	3,57%	3,33%
Siderúrgico	3,57%	0,00%
Telecomunicações	0,00%	6,67%
Transp. Aéreo e Ferroviário	7,14%	0,00%
Varejo	0,00%	10,00%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Bolsa de Valores de São Paulo (2018)

Nas duas carteiras analisadas, foi verificado na sua composição 12 setores de atividades. Os 3 setores de maior representação no ano de 2005 quando o ISE foi lançado, foram: Energia elétrica em primeiro lugar, com 8 companhias representando 28,57% da carteira; financeiro em segundo lugar num total de 5 companhias compondo 17,86%; em terceiro lugar ficou papel e celulose 3 das 28 companhias que compunham a carteira, e seu percentual foi de 10,71%. Na carteira 2018 em vigência, o primeiro e o segundo lugar, foram os mesmos setores ocupantes destas posições na carteira 2005, houve uma mudança no terceiro lugar, com a saídas das companhias Aracruz, Suzano Bahia Sul e Votorantim e adesão das companhias Fibria e Klabin, houve uma redução de 3 para 2 companhias. O setor de varejo passa a ocupar essa posição com três companhias: B2W, Lojas Americanas e Lojas Renner.

Outro ponto importante, apenas 12 companhias e 6 setores estiveram presentes nas duas cartas foram eles: energia elétrica, financeiro, petroquímica, infraestrutura, financeiro,

produtos de uso pessoal e limpeza e Equipamentos elétricos. Seguindo a visão global o setor de energia elétrica tem maior representação, seguido do setor financeiro, os demais setores compostos por uma companhia. Nas duas carteiras, ainda é possível perceber uma concentração em apenas 3 setores de atividades, e sua soma é maior que todos os outros setores juntos.

4.3 Dimensões do ISE Frente a Sustentabilidade

A estrutura do ISE apresentou evolução em sua composição. Em 2005 foi composta pela dimensão econômico/financeira, social e ambiental, as três dimensões do TBL da sustentabilidade, mais governança corporativa e aspectos gerais, totalizando 6 dimensões.

Quadro 4 – Composição do Indicadores de Sustentabilidade – Carteira ISE 2005 e 2018

Dimensões	ISE 2005				ISE 2018			
	Grupos	Critério	Indicador	Percentual	Grupos	Critério	Indicador	Percentual
Geral	1	2	5	7,81%	1	4	11	13,92%
Natureza do Produto	0	0	0	0,00%	1	3	5	6,33%
Governança Corporativa	1	5	9	14,06%	1	5	9	11,39%
Econômico Financeira	1	4	10	15,63%	1	4	9	11,39%
Ambiental	1	4	16	25,00%	5	4	17	21,52%
Ambiental IF	1	4	11	17,19%	1	4	9	11,39%
Social	1	4	13	20,31%	1	4	12	15,19%
Mudanças Climáticas	0	0	0	0,00%	1	4	7	8,86%
Total	6	23	64		12	32	79	

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Bolsa de Valores de São Paulo (2018)

O modelo foi revisado e em 2018, foram mantidas as dimensões já existentes na primeira carta, incluindo também as dimensões quanto a natureza do produto e mudanças climáticas. Quanto a questão ambiental essa 2005 teve tratamento diferenciado para as instituições financeiras, já em 2018, foi dividida em cinco grupos considerando aspectos como grau de impacto, somando a o grupo composto pelas instituições financeiras. Em 2005 a carteira era composta por 6 grupos, sendo 23 critérios que evidenciavam 64 indicadores em 2018, na carteira vigente, são 12 grupos que trabalham 32 critérios e 79 indicadores.

Foi verificado um aumento significativo nos indicadores de sustentabilidade ente a carteira no ano de abertura e a carteira vigente e o nível de complexidade, além da ampliação do escopo da carteira vigente em 2018.

4.4 Desempenho Financeiro do ISE

Desde sua criação o ISE apresentou desempenho financeiro considerável, como demonstrado no quadro 5 e quadro 6.

Quadro 5 – Valor da Mercado – Carteira ISE 2005 e 2018

Carteira	Companhias			Ações	Setores	Valor de Mercado
	Elegíveis	Inscritas	Participantes			
2005	121	61	34	34	12	R\$960.520.000,00
2018	179	41	33	33	12	R\$1.280.000.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Bolsa de Valores de São Paulo (2018)

O valor de mercado da carteira em 2005 totalizava R\$ 960.520 bilhões, evoluindo para um total de R\$ 1.280 trilhão em 2018, uma valorização significativa da carteira. Significativo também, é a quantidade de empresas elegíveis a carteira. O número de empresas elegíveis ao ingresso na carteira aumentou de 121 para 179 companhias. Essas evidências validando o que foi exposto no referencial teórico, quanto a crescente preocupação e adequação das empresas no que diz respeito as práticas sustentáveis, bem como a geração de valor resultante na adesão da Sustentabilidade Empresarial e adesão ao ISE.

Quadro 6 - Desempenho Financeiro – Carteira 2005 e 2018

Variável	ISE	IBOVESPA
Rentabilidade	+185,01%	+113,72
Volatilidade	24,67%	27,46%

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Bolsa de Valores de São Paulo

Se comparamos o ISE com o Ibovespa os ganhos do primeiro em rentabilidade – variável que indica o percentual de remuneração do capital investido – totalizam 185,01% do ISE contra 113,72% do Ibovespa. No mesmo período, quanto volatilidade – variável que mostra a intensidade e a frequência das oscilações nas cotações de um ativo financeiro, frequentemente utilizada como forma de mensurar o maior o risco de se ganhar ou perder dinheiro negociando esta ação – o ISE apresentou percentual menor, e, portanto, menor grau de risco de perdas em suas ações.

5. CONCLUSÃO

A evolução do pensamento sustentável está cada vez mais presente nas empresas e exigidas por seus stakeholders, demandando uma posição mais engajada e responsável quando a promoção do Desenvolvimento Sustentável. Nesse cenário a Sustentabilidade Empresarial, ligada intimamente as questões sociais, ambientais e econômicas, é composta de ações que as organizações realizam, tais ações procuram reduzir o impacto ambiental, a promoção de programas sociais e se manter economicamente viável no mercado.

Este artigo teve como objetivo verificar de que forma o ISE auxilia as empresas que compõem a sua carteira, quanto a Sustentabilidade Empresarial e a promoção o Desenvolvimento Sustentável, e quais os valores gerados para as empresas participantes. Através de uma revisão teórica, e análise de informações divulgadas pelas fontes pesquisadas, foi possível abordar e compreender os conceitos de Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade e Sustentabilidade Empresarial.

Em resposta a problemática exposta, os resultados encontrados na pesquisa mostram que tendo como aspectos indutores o cumprimento a legislação, competitividade, a legitimação, a responsabilidade ecológica e razões éticas, ao aderir a Sustentabilidade Empresarial, e evidenciar as suas ações através de indicadores e índices, as empresas se mantêm alinhadas com o Desenvolvimento Sustentável, ao criar uma sinergia entre as suas preocupações éticas e de competitividade com a capacidade de estruturar e gerenciar boas práticas sustentáveis, atuando nas dimensões econômicas, sociais e ambientais.

No que tange a geração de valor na adoção da Sustentabilidade Empresarial e adesão ao ISE, percebe-se os ganhos através da inovação e da sua reputação, sejam eles tangíveis ou intangíveis. Os ganhos podem ser tangíveis, relacionado ao retorno sobre o patrimônio e sobre os ativos, o valor de mercado, o retorno sobre investimentos, aumentos do valor das suas ações no mercado. Já os ganhos intangíveis estão relacionados a vantagem competitiva, melhoria da sua reputação, possibilidade de exercer influência no ambiente regulatório e acesso ao conhecimento. Sobre o ISE, por abordar as três dimensões da sustentabilidade além de aspectos como governança corporativa e mudanças climáticas, a busca por participar do processo de adesão ao índice, colaboram para melhoria das suas práticas sustentáveis, melhoria no seu desempenho socioambiental, melhor compreensão de suas limitações em relação às práticas de sustentabilidade. Essas melhorias contribuem para uma melhor reputação impactando no preço de suas ações, acesso a capital e liquidez do mercado.

Como contribuição para continuidade e aumento positivo dos impactos das empresas nas práticas de sustentabilidade, sugere-se que seja feito novos estímulos disseminação da Sustentabilidade Empresarial, por meio da conscientização para as questões socioambientais traduzindo-as como estratégia competitiva e melhoria no desempenho financeiro. Como recomendação para futuros estudos, pode-se utilizar um número maior de carteiras, e ser feito um comparativo com outros índices.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE): Instrumento de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Geração de Valor

ABSTRACT

There is a growing global concern about social and environmental issues, and in this context the adoption of sustainable practices through Corporate Sustainability has become increasingly important. This article seeks to verify how the Corporate Sustainability Index (ISE) assists the companies that make up its portfolio, as well as Corporate Sustainability and the promotion of Sustainable Development, and which values are generated for the participating companies. For this, the approach to the problem is characterized as qualitative and quantitative, the methodology used in relation to the objectives is descriptive and exploratory, and in the collection of data a survey of articles and chapters of books dispersed in numerous periodicals was done, besides documentary research, based on the website of the São Paulo Stock Exchange BM&FBOVESPA. The research analyzes the profile of companies and compares the ISE portfolios of 2005 and 2018, seeking to identify their reflexes about these entities regarding sustainability practices and which values are generated. The results found in the survey show that, based on Corporate Sustainability, and the disclosure of their actions through the adherence to the ISE, the companies remain aligned and promote Sustainable Development by acting in the economic, social and environmental dimensions. In terms of value generation, it generates tangible and intangible gains through innovation and the improvement of its reputation.

Keywords: Sustainable Development. Corporate Sustainability. Sustainability Index.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. P. F; JAPPE, M. L. M; VOLKMER, G. A geração de valor como um fator-chave à sustentabilidade: o caso de uma empresa brasileira. Revista GECONT. v. 2, n. 1, Florianópolis, 2015.

BEATO, R. S.; PARISOTTO, M. T. S.; SOUZA, I. R. S. 2009). Rentabilidade dos Índices de Sustentabilidade Empresarial em Bolsas de Valores: Um Estudo do ISE/BOVESPA. Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 108-127, set./dez. 2009.

BEZERRA, A. S. et. al. A Evolução Histórica da Questão ambiental. 2009.

BORBA, F. B; KEMERICH, P.D.C; BORBA, W. F. Indicadores de sustentabilidade ambiental: métodos e aplicações. Revista Monografias Ambientais – REMOA v. 13, n. 5, 2014.

BRITO, E. Reputação e desempenho: uma análise empírica no setor bancário. Revista E & G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 117-142, dez. 2005.

BRUNI, A. L; CAVALCANTE, L. R. M. T; COSTA, F. J. M. Sustentabilidade Empresarial e Valor das Ações: Uma Análise na Bolsa de Valores de São Paulo. RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 3, n. 1, 2009.

COELHO, A. L; COELHO, C; GODOI, C. K. O Discurso da Sustentabilidade e sua Inserção no Contexto Organizacional. Revista Gestão & Conexões. 2013.

FAVARO, L. C.; ROVER, S. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): a associação entre os indicadores econômico-financeiros e as empresas que compõem a carteira. CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting, Monte Carmelo, v. 1, n. 1, p. 39-55, 1º sem./2014.

FEIL, A. A; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. Cad. EBAPE.BR, v. 14, n. 3, Art. 7. Rio de Janeiro, 2007.

GARCIA, et. at. Contabilidade Ambiental e Sustentabilidade empresarial: estudo das empresas do ISE-Bovespa. 2008.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, S. C. J. As Práticas de Sustentabilidade Estratégica nas Empresas Portuguesas. Estudo de Caso: Corticira Amorim. 2009.

GOMES, P. R; MALHEIROS, T. F. Proposta de análise de indicadores ambientais para apoio na discussão da sustentabilidade. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 151-169, mai./ago. 2012.

JACQUES, F. V. S.; RÁSIA, K. A.; SOUZA, M. A. Evidenciação das Informações Ambientais Pelas Empresas Integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Curitiba, v. 2, n. 1, p. 51-139, jan./abr. 2010

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: Evolução dos Conceitos Teóricos e os Problemas da Mensuração Prática. Revista Economia e Desenvolvimento. 6 Ed. 2004.

OLIVEIRA, J. P. Entendendo as Respostas Empresariais aos Desafios Socioambientais no Brasil. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, vol. 1, n. 1, 2002.

PISANI, J. A. Sustainable Development: Historical Roots of The Concept. Environmental Sciences, v. 3, n. 5. 2006.

RAINEY, D. Sustainable Business Development: Inventing the Future Through Strategy, Innovation, and Leadership, Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

RIBEIRO, R. S.; CARVALHO, L. N. The Accounting Information as a Support to Sustainable Development. Sustainable City International Conference, Abril, 2000.

RIBEIRO, M. S.; VELLANI, C. L. Sustentabilidade e Contabilidade. Revista de Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v. 1, n. 11, p. 187-206, jan./jun. 2009.

SICHE et al. Índices Versus Indicadores: Precisoões Conceituais na Discussão da Sustentabilidade de Países. Revista Ambiente & Sociedade, Campinas v. 10, n. 2, p. 137-148. 2007.

SILVA, A. M.; CORREIA, A. M. M.; CÂNDIDO, G. A. Ecological Footprint Method: Avaliação da Sustentabilidade no Município de João Pessoa, PB. In: CÂNDIDO, G. A. (Org.). Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: Formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas. Campina Grande, PB: UFCG, p. 236-27, 2010.

TACHIZAWA, T. Gestão Ambiental e Responsabilidade Corporativa: Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TEJEDA, C. D. D. Revision Bibliográfica Sobre el Desarrollo Sostenible y la Responsabilidad Social. 2016.

ZACHARIAS, O. Gestão para a Sustentabilidade. Revista Banas Qualidade. São Paulo, n. 222, 2010.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de Sustentabilidade: Uma Análise Comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.